

Sistematização recebe emendas da CNBB

Propostas, com 1,7 milhão de assinaturas, defendem a reforma agrária e são contra o aborto

EUGENIO NOVAES



Ulysses elogia a iniciativa e dom Luciano pede que a Constituinte acolha as propostas da Igreja

O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida entregou ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, quatro emendas populares patrocinadas pela CNBB: a primeira cria normas relativas à educação, a segunda sobre os direitos da família, uma terceira sobre direitos do homem de mulher e liberdade religiosa e outra que cria normas relativas à ordem econômica.

As propostas levadas a Ulysses por dom Luciano estão subscritas por mais de 1,7 milhão de eleitores em todo o País. Além da CNBB, patrocinam as propostas a AEC (Associação de Educação Católica do Brasil), ABESC (Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas), o MEB (Movimento de Educação de Base), a Caritas Brasileira e a Fundação Padre Albino. Mais de trinta pessoas ajudaram a levar à Comissão de Sistematização os volumes contendo as assinaturas — cerca de 100 quilos distribuídos por mais de 90 mil folhas de papel.

Na emenda referente à família, que será defendida no plenário da Constituinte pelo arcebispo de Uberaba, dom Benedito Ulhoa, garante o direito à vida desde a concepção (sendo portanto contra o aborto, em qualquer circunstância) e considera indissolúvel o matrimônio. A emenda que se refere à ordem econômica, a ser defendida pelo bispo de Afogados da Ingazeira (PE), dom Francisco Austregesilo, garante o direito de propriedade rural, desde que considerada uma obrigação social, e defende a implementação de uma reforma agrária verdadeira no País. A terceira emenda, sobre a educação, que caberá ao bispo de Bauru, dom Cândido Padim, defender no plenário advoga a utilização de verbas públicas para entidades de ensino particular, desde que "de natureza não-lucrativa". E a emenda sobre liberdade religiosa, que será defendida pelo secretário-geral da CNBB, dom Antônio Celso Queiroz, defende a liberdade de manifestação religiosa e afirma que a Constituição brasileira "é promulgada sob

a invocação do nome de Deus".

Com o recebimento das quatro emendas da CNBB, a Constituinte passou a contabilizar, desde ontem, 14 emendas populares já aceitas. A Comissão de Sistematização tem prazo de 48 horas para dar parecer às emendas recebidas e em seguida elas são apreciadas pelo relator Bernardo Cabral, junto com as propostas dos constituintes.

O presidente Ulysses Guimarães disse, ao receber as emendas de dom Luciano, que a CNBB mostrou ações, mais que palavras, ao tornar oficiais suas propostas à Constituinte. "A nova Constituição pode não resolver todos os problemas do povo, mas o esforço que a população faz para trazer sua contribuição à Constituinte certamente demonstra que existe confiança no trabalho que o Congresso está desenvolvendo para apresentar soluções". Dom Luciano expressou esta confiança ao afirmar que tem certeza de que a Assembleia Nacional Constituinte dará o devido valor ao texto que a CNBB apresentou.

Câmara volta a se reunir toda quarta

Os trabalhos da Constituinte estão em sua fase final, e chegou a hora de a Câmara voltar gradativamente a funcionar. Esse entendimento foi manifestado ontem pelo presidente das duas Casas, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), em reunião da Mesa da Câmara, que liberou a apreciação dos projetos de iniciativa dos deputados, cuja tramitação estava suspensa. A Mesa autorizou ainda a instalação da Comissão de Fiscalização e Controle dos atos do Executivo.

O Senado já havia permitido que as propostas apresentadas por senadores fossem apreciadas, desde que houvesse requerimento de urgência apoiado por 2/3 dos membros da Casa. Agora, a Câmara adota decisão semelhante, exigindo a assinatura da maioria absoluta da Câmara ou de líderes que representem esse quorum. Para a votação dos projetos, poderão ser convocadas sessões extraordinárias. O 1º vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos (PFL-MG), informou que uma das razões para tal deliberação foi a necessidade de os deputados ficarem mais motivados.

A Comissão de Fiscalização e Controle dos atos do Executivo poderá ser instalada, de acordo com a resolução da Mesa, a partir do próximo dia 1º. Ela será composta por 27 membros, que serão indicados pelas lideranças possivelmente esta semana.

A Mesa decidiu ainda transferir as sessões plenárias da Câmara, atualmente realizadas às segundas-feiras à tarde, para as quartas-feiras pela manhã, de 9 às 13h. Este horário irá vigorar durante três semanas, período em que a Constituinte continuará a discutir, em primeiro turno, o anteprojeto da Constituição. A alteração do horário visa a não prejudicar os trabalhos da Assembleia.

Família ameaça divulgar quem matou Fonteles

Belém — Familiares do ex-deputado Paulo Fonteles de Lima, assassinado no dia 11 de junho, deram ontem ao delegado da Divisão de Crimes Contra a Pessoa (DCP), da Secretaria de Segurança Pública, Otacílio Mota, um prazo até o próximo dia 11 de agosto, quando o crime completará dois meses, para que a polícia revele os nomes dos autores e mandantes da morte do advogado e político do Partido Comunista do Brasil, sob pena de revelarem por conta própria os nomes dos responsáveis, que afirmam saber, e que só vêm mantendo em sigilo para não prejudicar as investigações policiais.

Segundo Otacílio Mota, a polícia já sabe quem foram os autores do assassinato do advogado, mas não pode revelar nomes ainda para não provocar a fuga dos criminosos, que ainda estariam no Estado do Pará. Acrescenta o delegado que os suspeitos da família, que ele afirma também saber quais são, não têm nada a ver com o crime.

Constituinte passa a ter novo cronograma

A Mesa da Constituinte decidiu alterar o processo de tramitação do projeto de Constituição na Comissão de Sistematização. Os prazos serão mantidos, mas os constituintes agora terão seis dias — de 25 a 30 de setembro — para apresentar, na Comissão de Sistematização, emendas ao primeiro substitutivo elaborado por Cabral, que incorpora as emendas apresentadas até o dia 13 de agosto.

De acordo com o cronograma anterior, os constituintes teriam somente dois dias para apresentar, em plenário, as emendas ao substitutivo elaborado por Cabral ao final desta fase. Na sessão plenária de ontem o presidente Ulysses Guimarães comunicou a mudança aos constituintes, lembrando que o novo processo vai permitir o "debate de sustentação" perante a Comissão de Sistematização.

— As emendas apresentadas em plenário não ensejariam, ou ensejariam um debate do qual não participariam aqueles que vão decidir sobre as razões apresentadas pelo autor da emenda. Ao contrário, quem apresentar emenda na Comissão de Sistematização, em qualquer das suas fases, tem condições de lá comparecer, e embora não tenha voto, tem voz, podendo apresentar suas razões junto à Comissão. Terá, portanto, uma chance maior junto à Comissão que vai apreciar o eventual

aproveitamento da referida emenda — explicou Ulysses.

SESSÕES POR TEMA
Ulysses também comunicou a realização de nove sessões extraordinárias noturnas, das 18h45 às 23h45, às terças, quartas e quintas-feiras. A grande inovação dessas sessões é que elas serão organizadas por temas, cada uma será dedicada ao debate de um tema polêmico.

A primeira sessão extraordinária noturna é na próxima terça-feira, e vai discutir a questão do regime de governo — presidencialismo ou parlamentarismo. Em cada sessão poderão se inscrever quinze oradores, para falar durante no máximo vinte minutos cada um.

Os oradores serão indica-

dos pela liderança de cada partido. O PMDB terá direito a três inscrições, o PFL, a duas, e todos os demais partidos só poderão indicar um orador. Ulysses esclareceu que o critério da proporcionalidade existente no regimento da Constituinte foi sacrificado em benefício dos partidos de menores bancadas.

— Se fôssemos cumprir literalmente o dispositivo regimental, os oradores só chegariam até o PDT ou o PTB — observou o presidente Ulysses Guimarães. Ele lembrou que o tempo de vinte minutos não poderá ser dividido. "Não podemos fragmentar o tempo entre vários oradores, porque uma metéria dessa importância deve ser exposta com tempo suficiente pelo orador que está na tribuna".

O NOVO CALENDÁRIO	
13/ago	Fim do prazo para apresentação de emendas ao projeto
14/ago	Início do prazo de 10 dias para o relator elaborar o seu substitutivo
23/ago	Fim do prazo de elaboração do substitutivo
24/ago	Publicação do avulso do substitutivo
25/ago	Início do prazo para apresentação de emendas ao substitutivo
30/ago	Fim do prazo de emendas
31/ago	Início do prazo de seis dias para o relator apreciar as emendas e fazer novo substitutivo/8/ set Publicação do avulso com o novo substitutivo
10/set	Início da votação, em primeiro turno, no plenário
18/set	Fim do prazo para votação em primeiro turno. (a matéria volta à Comissão de Sistematização)

João Menezes faz crítica à Constituinte

Em discurso pronunciado na sessão de ontem, o senador João Menezes (PFL-PA) manifestou muito descontentamento e até um certo temor quanto aos rumos tomados pelos trabalhos constituintes desde a elaboração inicial do Regimento Interno. O deputado criticou as etapas de instalação das comissões e subcomissões, segundo ele sempre orientadas por interesses minoritários e de cúpula.

Sem receber apertados testamentos, João Menezes prosseguiu atacando a "ditadura dos relatores de comissões" que ignoraram as tendências de grande parte dos constituintes. Distorções como esta foram aliadas ao que o deputado classificou de influências de grupos isolados da sociedade como a UDR, CGT e CUT, em detrimento de 130 milhões de brasileiros. Exibindo ainda uma pesquisa que mostrava o descrédito dos políticos perante a sociedade, — "Chamo a atenção dos senhores para isso: 54% dos estudantes não acreditam em partidos" — completou que a culpa é de todos aqueles que se perdem em discussões estéreis no plenário.

Recebendo intervenções de aprovação dos deputados Alvaro Valle (PL-RJ) e Fausto Rocha (PFL-SP), João Menezes terminou alertando que cabe aos parlamentares um esforço conjunto para a elaboração de uma Constituição que o País precisa.

Um diálogo entre os opostos

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) disse aos bispos dom Luciano Mendes de Almeida (presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Mauro Morelli (bispo de Nova Iguaçu) e dom Cícero Padim que aceita a reforma agrária desde que ela não seja realizada em terras produtivas, que só ocupam um quarto das terras agrícolas do País.

Dom Luciano Mendes de Almeida insistiu na necessidade de se promover uma reforma agrária no País, mas também reconheceu que as terras produtivas não devem ser atingidas para não comprometer a estrutura de produção. O presidente da CNBB ficou de chamar o deputado paulista para uma discussão objetiva sobre o mecanismo da emissão de posse, contra a qual se insurge Cardoso Alves.

Cardoso Alves conversou com os três bispos depois da solenidade em que estes fizeram entrega solene ao presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de emendas da CNBB sobre família, ordem econômica, liberdade religiosa e educação com 1,7 milhão de assinaturas de populares recolhidas em diferentes pontos do País.

O deputado paulista iniciou a conversa dizendo ser favorável à reforma agrária, desde que excluídas as terras produtivas. Cardoso Alves disse, ainda, que não pode concordar em que o decreto declaratório de interesse social "tenha força transmissora do direito de propriedade". Além disso, acrescentou que todos os atos administrativos devem ficar sujeitos ao exame do Poder Judiciário, razão por que faz sérias restrições à imissão de posse, que os defensores da reforma agrária consideram instrumento indispensável à sua agilizacão.

— No momento em que o Judiciário não controla os atos administrativos — advertiu Roberto Cardoso Alves — cessou o estado de direito no Brasil.

Dom Luciano Mendes de Almeida, segundo o deputado paulista, também se declarou contrário à realização de reforma agrária em terras produtivas. Quanto à imissão de posse o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil prometeu convidar o deputado Roberto Cardoso Alves para um encontro a fim de que o problema seja discutido mais detalhadamente em seus diferentes aspectos.

Dom Luciano indagou a Cardoso Alves:

EUGENIO NOVAES



Mário Covas e dom Luciano se cumprimentam após a entrega das emendas

Rattes prevê a implosão do PMDB

A deputada Anna Maria Rattes (PMDB-RJ) disse que a implosão do PMDB, depois dos trabalhos da Constituinte, é inevitável. A divisão não ocorreu antes por questões de ética dos parlamentares, que foram eleitos para escrever a nova Constituição. Ela baseia a afirmativa nos resultados da convenção do partido, que deixou claro que "se uma parte do PMDB está com o Governo, outra parte está com o povo", afirmou a parlamentar.

Na avaliação da deputada, ainda é cedo para sentir a repercussão da convenção do partido sobre o eleitorado, que mais uma vez teve a imagem do PMDB comovido com o Governo.

efeito colateral bastante confortável para o andamento mais pacífico dos trabalhos de constituinte, já que neutraliza a tentativa do deputado Alvaro Valle (PL-RJ) que apresentou um projeto de resolução no sentido de dar aos constituintes, em grupos de 188, o direito de apresentar substitutivos ao texto da comissão de sistematização. Como o primeiro parecer do relator Bernardo Cabral não será votado, haverá tempo para que se acomode, no texto, a maior parte dos pleitos dos grupos dentro da Constituinte.